

---

PRIORI, Angelo (org.). **História, memória e patrimônio**. Maringá: Eduem, 2009, 124 p.

**HISTÓRIA, MEMÓRIA E PATRIMÔNIO**  
**HISTORY, MEMORY AND HERITAGE**

---

Maria Vandete de Almeida\*

**Palavras-chave:** História, memória, patrimônio.

**Keywords:** History, memory, heritage.

A coletânea intitulada *História, memória e patrimônio*, é fruto dos debates e trabalhos apresentados pelas linhas de pesquisa *Política e Movimentos Sociais e Fronteiras, Populações e Bens Culturais* do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Estadual de Maringá. A “questão da memória e sua apreensão social e política”, destacada na apresentação escrita por Angelo Priori, que resumidamente pontua cada um dos ensaios e seus respectivos autores, é o tema das discussões que reuniu profissionais das áreas de História, Antropologia e Ciência Política, e que se distribui em oito capítulos com as contribuições dos professores-pesquisadores Francisco Doratioto, Paulo Ribeiro da Cunha, Reginaldo Benedito Dias e José Henrique Rollo Gonçalves, Angelo Priori e Emerson dos Santos Dias, José Reginaldo Santos Gonçalves, Sandra C. A. Pelegrini, Fernando Campos, e Marcia Contins.

No ensaio de abertura, *Escrever a História do grande personagem histórico*, o autor, Francisco Doratioto, levanta questões sobre a postura do historiador que se propõe ao trabalho biográfico, e discute haver relutância entre os profissionais da área em escrever a história de um indivíduo, devido, em parte, às concepções teóricas oriundas da Escola dos *Annales* e do marxismo (DORATIOTO, 2009, p. 14). Todavia, o autor revela que é crescente a escrita de biografias, sobretudo, pelo interesse de um público leitor brasileiro em narrativas de trajetórias individuais. Tal interesse, no entanto, identificado e atendido inicialmente por jornalistas, menos atentos as “nuances do personagem biografado e de seu contexto”, têm resultado em uma “imagem estereotipada do personagem histórico”. Mediante este cenário, e considerando que o uso da metodologia histórica que permite a escrita biográfica com maior objetividade, Doratioto (2009) argumenta que compete ao historiador o desafio de inserir-se nesta produção, com pesquisas em fontes primárias e diversificadas que o sustentem em uma perspectiva científica objetiva, postura crítica e coerente diante do biografado e de seu contexto. Ao concluir suas reflexões, salienta o autor: “[...] o valor historiográfico de uma biografia não depende unicamente da grandeza do biografado [...], depende da própria postura teórica do historiador quanto ao objetivo e as possibilidades ao se escrever uma biografia” (DORATIOTO, 2009, p. 21).

*Entre a Memória e a História*, o segundo ensaio da coletânea, escrito

por Paulo Cunha irá tratar, como o próprio autor esclarece, não da escrita biográfica precisamente, mas do desafio da objetividade posto ao pesquisador que se propõe ao resgate memorialístico de personagens históricos. As figuras políticas de Lyndolfo Silva e Nelson Werneck Sodré resgatadas são as experiências referenciais de reflexão para o autor que aponta dois desafios para o desenvolvimento da pesquisa memorialística: “fazer o personagem falar e organizar o material com um mínimo de intervenção passível” (CUNHA, 2009, p. 24). Atento a estes desafios, Paulo Cunha conclui que “qualquer que seja a perspectiva, vale recuperar esses personagens como expressão da memória do povo e suas apreensões refletem e podem ser resumidas numa bela passagem com sabor de poesia [...]” (CUNHA, 2009, p. 32).

O texto *História Local e Horizonte Biográfico: Jorge Ferreira Duque Estrada em Maringá*, o terceiro da coletânea, escrito por Reginaldo Benedito Dias e José Henrique Rollo Gonçalves, inicialmente menciona a “internacionalização” da produção historiográfica brasileira e defende o desenvolvimento de pesquisas biográficas e de histórias locais. Nas palavras dos autores, “a formação da historiografia profissional brasileira presumiu a baixa ou nenhuma valência cognitiva das biografias e das histórias locais”, considerados temas “corriqueiros” (DIAS; GONÇALVES, 2009, p. 36). No entanto, apesar do exposto, revelam os autores, houve uma retomada por alguns historiadores brasileiros da pesquisa biográfica, mesmo que tenha evidenciado “velhos nomes consagrados e vida e obra de pessoas famosas ganharam maior rigor acadêmico, sob a noção auto-explicativa do conceito de identidade”, diante do que questionam “O que fazer dos anônimos; das pessoas sem uma identidade claramente definida; e como ficam as histórias e as biografias de alcance quase exclusivamente local?” (DIAS; GONÇALVES, 2009, p. 37). Tais questionamentos são ainda sequenciados na pesquisa sobre vida e obra de um ilustre desconhecido, Jorge Ferreira Duque Estrada, que dentre a escrita autobiográfica, artigos de jornais, discursos, romance e crônica, descreve a “ordem social e política” quando da colonização norte paranaense que deu origem a cidade de Maringá.

A importância da memória, da história oral, da fotografia e a interdisciplinaridade entre as ciências como a História, a Geografia, Antropologia e Comunicação, adquire relevância no texto *Frente Sertada: as memórias dos moradores de Foz de Iguaçu sobre movimentos tenentistas (1924-1925)*. Escrito por Emerson dos Santos Dias e Angelo Priori, a foto-jornalística produzida em 1925, pelo fotógrafo pioneiro Harry Schinke (1902-1976), que retrata a primeira igreja de Foz de Iguaçu incendiada no período em que a cidade permaneceu sitiada pelos movimentos tenentistas, é o documento que desperta o interesse dos autores em analisar as “memórias e as lembranças dos moradores da região à época do incidente” (DIAS; PRIORI, 2009, p. 49). A fotografia, segundo os autores, traz versões históricas transmitidas de “pai para filho” acerca da retirada dos revolucionários tenentistas das Divisões Paulista e Rio

Grande, acusados pelo “atentado rebelde” que culminou com o incêndio da Igreja. No relato de pesquisa, o uso da fotografia da Igreja incendiada enfatiza a introdução e a relevância do “*documento dentro da produção histórica*” (DIAS; PRIORI, 2009, p. 51).

No quinto ensaio, *A magia dos objetos: museus, memórias e história*, o antropólogo José Reginaldo Santos Gonçalves, partindo da hipótese de que os “objetos materiais desempenham uma função constitutiva, dando forma e materialidade a nossa consciência individual e coletiva” (GONÇALVES, 2009, p. 66) se contrapõe ao debate da antropologia moderna que “marginaliza” a chamada “cultura material” como tema de pesquisa e reflexão, e busca sustentação para seu argumento nas concepções dos antropólogos Roy Wagner (1981) e Annete Weinner (1975). Tomando como foco a natureza precária do trabalho de representação do passado, ou de representação de outras culturas, de identidades e memórias, um dos aspectos levantado pelo autor reside na concepção e no papel dos museus quanto ao processo de “transformação ou de reclassificação de objetos cotidianos em novos conjuntos classificados como ‘coleções’ e ‘patrimônios’, elevados ambigualmente à condição de objetos históricos ou objetos etnográficos” (GONÇALVES, 2009, p. 69).

*Historicidades locais: interfaces entre as políticas públicas de preservação do patrimônio imaterial e da cultura material* é o sexto ensaio, apresentado por Sandra Pelegrini, que introduz e desenvolve sua temática de trabalho em torno de questionamentos e juízos de valor às relações que se estabelecem entre os patrimônios e as culturas na sociedade atual, instituídas paradoxalmente entre o fenômeno da globalização que multiplica identidades e contribui para o “esfacelamento de tradições”, não obstante, venha “suscitando o desejo de o homem moderno retornar heranças culturais que deixou escapar pelos tempos” (PELEGRINI, 2009, p. 80). Neste sentido, destaca que as políticas públicas de preservação assentadas no “reconhecimento do patrimônio nacional” e no “conceito ampliado de patrimônio cultural” concretizaram novos instrumentos de proteção, como é o caso das ações empreendidas pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) que preteria a presença e importância de grupos ou comunidades distintas, bem como, priorizava os tombamentos de ambientes religiosos sob a “ótica do culto e da religiosidade de tradição católica romana” (PELEGRINI, 2009, p. 84). A pesquisadora também resgata as mobilizações na década de 1960 para o surgimento de novas configurações identitárias, e a orientação teórica interdisciplinar, que prima pelo “reconhecimento de representações simbólicas plurais e de bens culturais múltiplos, eleitos como signos das memórias, das histórias e das identidades dos mais variados grupos sociais” (PELEGRINI, 2009, p. 85).

Para Fernando Campos, autor do ensaio *Patrimônio Religioso – uma convergência socioeconômica?*, todas as posturas e realizações (humanas) têm duas vertentes, a intangibilidade e a tangibilidade, a espiritualidade e a materialidade, que em ações concretas levam o homem a prosseguir um caminho (CAMPOS, 2009, p. 90). Sob este ponto de vista, pondera que ao se tratar de patrimônio religioso é

preciso ter em conta a separação entre o que é exterior a esse patrimônio, designado como “profano” e o que legitima e delimita a existência do patrimônio religioso de outro patrimônio, o não-religioso, como a exemplo dos cemitérios, classificados de “patrimônio cultural” (CAMPOS, 2009, p. 93). Desse modo conclui que, se bem a existência do valor econômico em questão, o patrimônio religioso constitui uma “relevante marca da identidade e da cultura de um povo” (CAMPOS, 2009, p. 95).

O último ensaio da série, *As religiões e a cidade: apropriações do espaço no catolicismo*, escrito por Marcia Contins, tem como proposta apresentar a utilização do espaço da cidade pelas igrejas e toma como cenário os grupos católicos da Paróquia do Loreto e Igreja da Pena, considerados santuários nacionais e localizados no bairro da Freguesia, Jacarepaguá, zona Oeste do Rio de Janeiro (CONTINS, 2009, p. 98). Neste cenário, ou mais especificamente, no “campo religioso brasileiro contemporâneo”, devido aos discursos e utilização dicotômica da noção de “autêntico” ou “não autêntico” e da existência de outros tipos de edificações para atividades religiosas, como ginásios, cinemas, estádios, dentre outros, a autora propõe a interpretação dessas edificações por meio da noção de autenticidade, classificadas em dois tipos: a “aurática”, caracterizada pela existência de um vínculo com o passado, e a “não aurática”, caracterizada pela reprodução e pela recriação. Esta elaboração conceitual, segundo a autora, auxilia na análise e problematização do debate sobre as construções religiosas contemporâneas que utilizam diferentes tipos de locais para a realização das práticas religiosas, mas a ideia central consiste em que “o monumento, dentre eles as igrejas, seja capaz de provocar sentimento de pertencimento, de origem e de tradição em um grupo, por processo de subjetivação, no qual o monumento é percebido integrando a biografia da pessoa” (CONTINS, 2009, p. 99).

A questão da memória e sua apreensão social e política, na diversidade dos ensaios apresentados nesta coletânea, que se desdobram em pesquisas e interpretações singulares, mas com resultados afins, denunciam a indissociabilidade entre história, memória e patrimônio, em quaisquer que sejam as concepções teóricas e ou modalidade da produção científica historiográfica, mas que abrangem do individual ao coletivo; do social ao cultural; do material ao imaterial; do tangível ao intangível; do sagrado e do profano, percebidos e apreendidos através dos tempos.

## Nota

\* Mestranda em História pela Universidade Estadual de Maringá (UEM). Especialista em Desenvolvimento de Sistemas para Web pela Universidade Estadual de Maringá. E-mail: negavan@gmail.com

Recebido em: fevereiro de 2012.

Aprovado em: maio de 2012.